CAMINHOS PARA A QUALIDADE EDUCACIONAL: DOCÊNCIA, INFRAESTRUTURA E RECURSOS PEDAGÓGICOS

GILSARA ALVES DE MATOS SILVA

RESUMO
O presente artigo investiga os impactos da infraestrutura escolar e da valorização docente sobre a qualidade da educação pública no Brasil, com foco na educação básica. A análise parte da premissa de que o desempenho estudantil não depende exclusivamente de fatores pedagógicos, mas está fortemente condicionado pelo ambiente físico da escola, pela formação dos professores e pelas condições sociais dos alunos. A ausência de espaços adequados para aprendizagem, como bibliotecas, laboratórios e ambientes seguros, somada à insuficiência de recursos tecnológicos e sanitários, compromete a eficácia do processo educativo. Paralelamente, a desvalorização da carreira docente — expressa em baixos salários, jornadas exaustivas e falta de apoio institucional — afeta diretamente a motivação e a permanência de profissionais qualificados na rede pública. O artigo também explora o papel das famílias e o impacto da vulnerabilidade social no processo de escolarização, defendendo que políticas públicas voltadas à educação devem ser transversais e intersetoriais. A partir de dados do INEP, IPEA e UNICEF, o estudo reforça a urgência de investimentos estruturais e humanos que priorizem a equidade e a permanência dos estudantes na escola, tendo como horizonte uma educação pública inclusiva e transformadora.

PALAVRAS-CHAVE: infraestrutura escolar; formação docente; desigualdade educacional.

INTRODUÇÃO

A educação é uma das ferramentas mais poderosas para promover a equidade e o desenvolvimento social. No entanto, apesar dos avanços no acesso à educação no Brasil, os desafios relacionados à qualidade do ensino e às desigualdades educacionais ainda persistem especialmente nas escolas públicas.

A efetividade do processo educacional depende de uma série de fatores interligados que vão além da sala de aula. De acordo com Bof (2006), bons resultados educacionais são influenciados por três conjuntos de variáveis fundamentais: as características das escolas, que englobam o corpo docente, a infraestrutura física e os insumos pedagógicos; o contexto socioeconômico, que se refere às origens sociais dos alunos e à participação da comunidade no processo de aprendizagem; e, por fim, as variáveis particulares dos alunos e suas famílias, como a renda familiar e o nível de escolaridade dos pais. Esses fatores se entrelaçam de maneira complexa, de forma que a qualidade da educação não depende apenas do esforço individual dos estudantes, mas de um sistema escolar capaz de oferecer condições adequadas para o desenvolvimento do aprendizado.

Quando as escolas carecem de infraestrutura básica, como bibliotecas, laboratórios, acesso à internet e espaços adequados para a convivência, e quando os professores enfrentam dificuldades como baixos salários, grande número de alunos por turma e falta de formação continuada, o processo de ensino-aprendizagem sofre um impacto direto. Além disso, o contexto socioeconômico de muitos alunos, que se reflete nas condições de suas famílias, pode limitar ainda mais as possibilidades de sucesso educacional. Este artigo tem como objetivo explorar a relação entre infraestrutura escolar, qualificação docente e contexto socioeconômico, analisando como esses elementos afetam o desempenho acadêmico e a permanência dos estudantes na escola.

Através de uma análise crítica da literatura e dos dados disponíveis, busca-se compreender os desafios enfrentados pelas escolas públicas e apontar possíveis caminhos para a melhoria da qualidade educacional, com foco na equidade e na inclusão. A formação de um estudante é fortemente influenciada pelas condições estruturais e intelectuais que o cercam, sendo esta última representada, sobretudo, pelo corpo docente.

Qualidade na educação aparece, desta forma, como um desses conceitos significantes, mobilizadores, carregados de força emocional e valorativa que são amplamente utiliza-

dos na defesa de uma sociedade mais justa e equitativa. O ambiente escolar, portanto, desempenha papel decisivo não apenas na transmissão de conteúdos, mas na constituição de sujeitos críticos, participativos e preparados para os desafios da sociedade contemporânea.

De modo geral, costuma-se dividir a estrutura escolar em quatro pilares principais: infraestrutura de serviços básicos, infraestrutura física, disponibilidade de equipamentos e capacitação dos profissionais da educação.

Dentro do espaço escolar existem diversos momentos e situações que propiciam as aprendizagens, não só dentro das salas com os conteúdos "mas também aquelas presentes nos intervalos ou naqueles momentos sem aula, estabelecidas por meio de relações sociais e muitas vezes caracterizadas por meio de vivências lúdicas" (FONSECA, 2014, p. 123).

Esses fatores são determinantes para o desenvolvimento educacional dos alunos, impactando diretamente o acesso, a permanência e a qualidade do aprendizado. Quando esses elementos são negligenciados ou ofertados de maneira insuficiente, os prejuízos se manifestam em índices de evasão, baixos desempenhos acadêmicos e desmotivação estudantil — aspectos que interferem no sucesso escolar e no futuro dos discentes.

Como destaca Garcia (2014, p. 144), "As instalações, equipamentos e serviços necessários para garantir o funcionamento da escola e auxiliar na aprendizagem do aluno" são indispensáveis para a garantia do funcionamento escolar e da aprendizagem dos alunos. A oferta de serviços básicos como água potável, energia elétrica estável, saneamento básico, acesso a bibliotecas, laboratórios, recursos de tecnologia e formação continuada dos professores é indispensável para assegurar um ambiente escolar adequado.

Embora a qualificação docente não constitua uma dimensão física da escola, sua relevância é incontestável, conforme argumentam Sátyro e Soares (2007), ao apontarem que a formação pedagógica é elemento-chave para a efetividade do processo de ensino aprendizagem.

Assim, a combinação entre infraestrutura e equipe docente qualificada configura a base de uma escola eficiente e socialmente justa. É inegável que estruturas físicas adequadas e bem conservadas contribuem para tornar o espaço escolar mais atrativo e estimulante. Um prédio organizado e acolhedor, frequentemente descrito como "agradável aos olhos", favorece a permanência e o engajamento dos estudantes.

Na escola, cada detalhe deve servir a um propósito educativo. A sujeira, o abandono e a desorganização são obstáculos ao aprendizado, enquanto a limpeza, a organização e a beleza do ambiente, como paredes e plantas, contribuem ativamente para a educação. A estrutura física, portanto, não é um mero cenário, mas um elemento fundamental que reflete a seriedade e a visão pedagógica da instituição (Eduardo D'Amorim).

Afinal, é difícil esperar entusiasmo por parte dos alunos em ambientes deteriorados, com carteiras quebradas, banheiros inutilizáveis ou ausência de ventilação adequada. Por outro lado, escolas que contam com bibliotecas atualizadas, laboratórios bem projetados, acesso à internet, quadras esportivas e áreas de lazer demonstram maior alinhamento com as exigências da educação contemporânea, pautada na interdisciplinaridade, inovação e inclusão digital. Além das estruturas fixas, os equipamentos móveis — como computadores, projetores, instrumentos de laboratório e materiais didáticos — também demandam atenção.

Esses recursos não apenas ampliam as possibilidades pedagógicas como também tornam o aprendizado mais atrativo, especialmente em um contexto de avanço das tecnologias educacionais. Escolas que ainda carecem de tais recursos limitam a atuação dos professores e reduzem o potencial de aprendizagem dos alunos, gerando desigualdade de oportunidades.

O planejamento e construção de novas unidades escolares devem, portanto, considerar a integração desses elementos desde a concepção do projeto arquitetônico, compreendendo as necessidades que o território apresenta, como algo além do físico.

A simples construção de edifícios, sem equipamentos pedagógicos e sem manutenção constante, não garante qualidade educacio-

nal. Mais do que estruturas físicas, é necessário criar espaços que promovam experiências formativas significativas, inclusivas e inovadoras.

Outro ponto crítico a ser destacado é a disparidade entre as escolas urbanas e rurais. É evidente que instituições localizadas em áreas urbanas tendem a apresentar melhores condições estruturais, enquanto aquelas situadas em regiões rurais frequentemente enfrentam precariedades que comprometem a equidade educacional.

Alunos do campo, muitas vezes, precisam se deslocar por longas distâncias em busca de melhores condições de ensino, o que amplia o fosso entre diferentes grupos sociais. De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2024), 61,9% das escolas urbanas contam com bibliotecas ou salas de leitura adequadas, enquanto apenas 25,2% das instituições rurais dispõem desse recurso.

Em relação aos laboratórios de informática, 40% das escolas urbanas possuem essa estrutura, frente a apenas 2,1% das escolas rurais. A infraestrutura esportiva também é desigual: está presente em 47,6% das escolas urbanas, contra 16,9% das rurais, frequentemente em condições precárias. Quanto aos laboratórios de ciências, 14,6% das escolas urbanas contam com esse espaço, enquanto apenas 2,3% das rurais possuem tal recurso.

As desigualdades se intensificam ainda mais quando se compara a rede pública com a rede privada de ensino.

As escolas particulares, em geral, apresentam melhor infraestrutura física e tecnológica, incluindo salas climatizadas, bibliotecas atualizadas, laboratórios modernos e materiais didáticos de alta qualidade. Em contrapartida, grande parte das escolas públicas enfrenta carência de manutenção, mobiliário inadequado e escassez de recursos pedagógicos, o que impacta negativamente o rendimento dos estudantes.

Nesse cenário de disparidades, como enfatiza Carvalho (2004, s/p.), "Diante da desigualdade educacional, a tarefa da escola é ensinar um currículo básico comum no seu próprio tempo e espaço". Os resultados de avaliações externas, como o ENEM, frequentemente evidenciam essa disparidade: alunos de escolas privadas tendem a obter melhor desempenho, não por possuírem maior capacidade, mas por estarem inseridos em contextos mais favoráveis à aprendizagem.

Em função da objetividade com que resultados escolares são divulgados e discutidos, tem-se a nítida impressão de que se sabe qual é o problema a enfrentar e os valores em que nós devemos pautar para reverter a crise educacional, cujo maior indício parece ser a demanda crescente por avaliações (SILVA, 2008, p. 31)

A desigualdade estrutural também é perceptível entre as diferentes regiões do país. Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), estados das regiões Sul e Sudeste apresentam maior investimento por aluno, melhores condições físicas e maior número de professores com formação continuada. Em oposição, as regiões Norte e Nordeste enfrentam sérias dificuldades, com altos índices de distorção idade-série, evasão escolar e infraestrutura deficiente.

Esses contrastes refletem as desigualdades socioeconômicas históricas do Brasil, que ainda comprometem o pleno exercício do direito à educação. Além da infraestrutura, o corpo docente é elemento central no processo formativo. Os professores exercem influência direta na construção do conhecimento, no desenvolvimento crítico dos estudantes e na motivação para o aprendizado.

Conforme apontado por Gurgel e Leite (2007), a formação continuada dos docentes, em especial no que diz respeito às práticas avaliativas, é crucial para que o ensino seja adaptado às necessidades individuais dos alunos, garantindo a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Eles são os principais mediadores entre o aluno e o saber.

Desde a educação básica até o ensino superior, são eles os principais mediadores entre o aluno e o saber. Gurgel e Leite (2007) destacam a relevância da formação docente, especialmente no que tange às práticas avaliativas, que devem ser coerentes com os objetivos pedagógicos e com o acompanhamento das trajetórias individuais dos estudantes. Um professor bem preparado, com domínio do conteúdo e capacidade de adaptar metodologias às necessidades da turma, exerce papel transformador na vida

dos alunos.
Em ambientes que valorizam o trabalho docente, observa-se maior engajamento por parte dos estudantes e melhores resultados acadêmicos. Um educador sensível, que reconhece os diferentes ritmos de aprendizagem, consegue elaborar estratégias pedagógicas mais inclusivas e eficazes, promovendo o desenvolvimento integral dos educandos.
Portanto, embora haja avanços nas políticas públicas voltadas à universalização do acesso à educação, é urgente que o debate avance no sentido da equidade e da qualidade. A superação das desigualdades estruturais entre escolas, a valorização da carreira docente, a qualificação dos professores e a manutenção adequada das instituições escolares são caminhos indispensáveis para garantir uma educação verdadeiramente transformadora, inclusiva e democrática.

O IMPACTO DO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO NA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DOS ESTUDANTES

Outro fator que exerce grande influência sobre o desempenho escolar dos estudantes é o contexto socioeconômico, tanto da família quanto da comunidade onde o aluno está inserido. Essa influência começa dentro de casa, com a renda familiar, o grau de escolaridade dos responsáveis e a forma como o ambiente doméstico valoriza ou não a educação.
A forma como os pais lidam com o estudo dos filhos impacta diretamente na trajetória escolar dessas crianças e jovens. A valorização da educação, que em gerações passadas era vista com menor prioridade diante da necessidade imediata de inserção no mercado de trabalho, tem ganhado mais força atualmente.
Pais com níveis de escolaridade mais elevados costumam oferecer um suporte mais efetivo na rotina de estudos dos filhos e, consequentemente, criam um ambiente mais favorável ao aprendizado.
Segundo Soares e Andrade (2012), o nível de escolaridade dos pais está diretamente relacionado à capacidade de acompanhar a trajetória educacional dos filhos e criar um ambiente doméstico mais propício à aprendizagem. Além disso, famílias com melhores condições financeiras geralmente conseguem inserir seus filhos em instituições com mais recursos — sejam escolas públicas de referência ou instituições privadas.
Isso implica não apenas acesso a professores mais qualificados, mas também a materiais didáticos atualizados, atividades extracurriculares enriquecedoras e, em muitos casos, apoio complementar como aulas particulares ou cursinhos preparatórios para vestibulares.

"Independentemente do foco ou interpretação, podemos observar que no Brasil as escolas públicas recebem mais alunos de classes mais baixas, e as escolas particulares normalmente recebem alunos das classes média e alta. O tipo de escola está bastante associado ao NSE familiar, embora não se restrinja a ele, fator que prediz em grande medida o desempenho em leitura." (CORSO et al. 2018, p.10)

Essa realidade se explica, em grande parte, pela desigualdade na distribuição de renda no país. Muitas famílias de baixa renda simplesmente não têm como arcar com os custos de uma escola particular, o que as obriga a recorrer ao ensino público — que, embora gratuito, nem sempre possui os recursos adequados para garantir uma formação de qualidade.
A teoria do capital humano, por exemplo, sugere que as disparidades na educação estão diretamente ligadas às condições financeiras e ao histórico familiar, que se tornam uma espécie de 'capital' que a criança herda, influenciando seu acesso a uma educação de qualidade e seu futuro acadêmico.
Escolas públicas localizadas em zonas periféricas ou áreas rurais frequentemente enfrentam falta de investimento por parte do poder público, o que se reflete na carência de infraestrutura, materiais pedagógicos e até de pessoal.
Esse cenário torna essas escolas menos atrativas e limita as oportunidades dos alunos, que acabam apresentando maior taxa de evasão, baixo desempenho e dificuldades de aprendizagem. Por outro lado, escolas privadas, acessíveis às classes média e alta, contam com estrutura mais moderna, gestão mais eficiente, autonomia administrativa, recursos tecnológicos atualizados

e uma cobrança mais rigorosa dos pais por bons resultados.
Nesses espaços, os alunos encontram um ambiente mais seguro, mais estimulante e com maiores chances de desenvolverem plenamente suas habilidades. Como afirmam os sociólogos Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, "A escola, longe de ser um espaço neutro e igualitário, reflete e reproduz as desigualdades sociais e culturais trazidas pelos alunos de suas famílias de origem" (Bourdieu & Passeron, 2014).
Um estudo de Silva e Silva (2018) reforça que o tipo de escola frequentada pelo aluno está diretamente associado ao seu nível socioeconômico, e esse fator influencia fortemente o desempenho em leitura — habilidade essencial para o sucesso escolar e profissional.
O Nível Socioeconômico (NSE), portanto, atua como um forte indicador das oportunidades educacionais de uma criança. Alunos de famílias com renda mais elevada têm acesso facilitado a livros, internet de qualidade, alimentação adequada, apoio emocional e incentivo à leitura — todos fatores que favorecem um bom desempenho escolar.
Já os estudantes de baixa renda, muitas vezes, enfrentam situações de vulnerabilidade: insegurança alimentar, trabalho precoce, falta de espaço adequado para estudar, ausência de acompanhamento familiar e menor acesso a recursos culturais e tecnológicos.
Esse cenário de contrastes evidencia uma divisão na educação brasileira que muitos estudiosos classificam como um sistema dual: de um lado, a escola pública, destinada majoritariamente à população mais pobre; de outro, a escola privada, voltada às classes mais favorecidas economicamente. Segundo Barros et al. (2001), essa segmentação entre os dois sistemas de ensino perpetua uma estrutura de oportunidades desiguais, criando uma espécie de "apartheid educacional", em que o acesso à educação de qualidade depende diretamente da renda familiar.
Para reduzir essas desigualdades, é fundamental que o Estado implemente políticas públicas que promovam maior equidade no acesso à educação. Programas de apoio financeiro às famílias, como o Bolsa Família (atualmente Auxilio Brasil), são fundamentais para garantir que os alunos não precisem abandonar os estudos para ajudar no sustento da casa.
Além disso, é essencial a formação contínua de professores para que estejam capacitados a atender estudantes de diferentes contextos sociais, tratando-os com igualdade e oferecendo ensino de qualidade, independentemente da realidade econômica em que atuam. Investimentos em infraestrutura escolar — especialmente nas regiões mais vulneráveis — também são urgentes.
Salas de aula bem equipadas, bibliotecas acessíveis, laboratórios de ciências e informática, materiais didáticos atualizados e espaços de convivência seguros são parte essencial de um ambiente educacional que favorece o aprendizado. Outro ponto importante é o fortalecimento dos laços entre escola e comunidade.
A participação ativa da comunidade no cotidiano escolar pode ampliar as redes de apoio e reforçar a importância da escola no território. Conselhos escolares, parcerias com ONGs, projetos culturais e sociais e ações em conjunto com os serviços de saúde e assistência social são exemplos de estratégias que aproximam a escola das realidades dos alunos e criam condições mais favoráveis para o desenvolvimento educacional.
Portanto, compreender o papel do contexto socioeconômico na trajetória educacional dos estudantes é essencial para propor soluções que promovam maior justiça social e qualidade no ensino. A educação só será realmente transformadora quando for acessível, inclusiva e pensada para reduzir — e não aprofundar — as desigualdades históricas do nosso país.

INFLUÊNCIA DA REALIDADE FAMILIAR NA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DOS ESTUDANTES

Por fim, outro aspecto que influencia diretamente o desempenho e a permanência do aluno na escola são as particularidades familiares, especialmente relacionadas à renda e ao nível de escolaridade dos pais. Como já mencionado nos tópicos anteriores, famílias com estabilidade financeira e maior escolaridade costumam oferecer aos seus filhos um ambiente mais propício ao aprendizado. Isso se traduz em acesso facilitado a materiais didáticos como livros, apostilas, re-

cursos tecnológicos, cursos preparatórios, alimentação adequada, transporte escolar e atividades extracurriculares que enriquecem o desenvolvimento intelectual e emocional do estudante.

Essas condições favorecem não apenas o desempenho acadêmico, mas também a continuidade nos estudos. Por outro lado, famílias em situação de vulnerabilidade econômica muitas vezes enfrentam barreiras que dificultam a trajetória escolar dos filhos. Muitos jovens precisam conciliar os estudos com o trabalho ou até mesmo abandoná-los precocemente para ajudar no sustento da casa.

O tempo disponível para se dedicar aos estudos é reduzido, e o apoio familiar nem sempre é possível, tanto por falta de tempo quanto por limitações educacionais dos pais. De acordo com o IPEA e o UNICEF (2012), jovens oriundos de famílias de baixa renda e baixa escolaridade têm menos acesso à educação de qualidade, internet, livros e suporte emocional, e são mais suscetíveis à repetência e ao abandono escolar.

Esses jovens vivem, muitas vezes, em lares desestruturados, sem equilíbrio emocional ou incentivo ao estudo. A pesquisa de Santos e Mariano (2019) reforça essa perspectiva, demonstrando que o nível educacional dos pais é um mediador crucial para as oportunidades de aprendizado dos filhos, influenciando não apenas o desempenho direto, mas também o acesso a outros recursos educacionais.

É comum que sejam pressionados a trabalhar desde cedo, colocando em segundo plano sua formação educacional.

Em contrapartida, filhos de pais com ensino superior tendem a receber mais apoio acadêmico e emocional, o que impacta diretamente no seu desempenho escolar e nas suas perspectivas de futuro. O apoio da família faz toda a diferença no processo educativo. Um lar onde os pais valorizam a educação, se interessam pela vida escolar dos filhos e participam ativamente das atividades escolares, estimular no estudante uma atitude mais comprometida.

Nesse sentido, Zago (2000, p. 20) destaca que "A família, por intermédio de suas ações materiais e simbólicas, tem um papel importante na vida escolar dos filhos, e este não pode ser desconsiderado".

Pais presentes ajudam desde o incentivo à leitura até a participação em reuniões escolares, criando uma ponte entre o aluno e o ambiente educacional. Mesmo pais sem formação superior podem — e devem — exercer esse papel, mostrando ao filho que sua educação importa. Isso fortalece o vínculo escola-família e melhora o desempenho acadêmico. No entanto, pais com pouca escolaridade muitas vezes enfrentam dificuldades para auxiliar os filhos nas tarefas escolares.

Em muitos casos, são os próprios estudantes que acabam ajudando os pais em questões relacionadas à leitura e escrita. Esse cenário reforça o que se conhece como o "ciclo geracional da desigualdade educacional", no qual a condição social e educacional tende a se repetir de geração em geração, perpetuando a exclusão e a falta de oportunidades.

"A família é o primeiro grupo social com o qual a pessoa convive e seus membros são exemplos para a vida. No que diz respeito à educação, se essas pessoas demonstrarem curiosidade em relação ao que acontece em sala de aula e reforçarem a importância do que está sendo aprendido, estarão dando uma enorme contribuição para o sucesso da aprendizagem. Pode parecer simples, e é. Tanto que é exatamente o que tem se pedido aos responsáveis pelos estudantes de todos os níveis de ensino." (GENTILE, 2006, p.35)

Nesse contexto, a implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da educação familiar é essencial. Programas como o Bolsa Família, o Pé-deMeia e o Auxílio Brasil, por exemplo, contribuem para que famílias em vulnerabilidade econômica consigam manter os filhos na escola.

Além disso, políticas voltadas à educação de jovens e adultos (EJA) também são fundamentais, pois ao ampliar a escolaridade dos pais, aumentam indiretamente o desempenho educacional dos filhos.

Outro ponto importante é a formação de professores preparados para lidar com a diversidade socioeconômica dos alunos. É necessário que esses profissionais desenvolvam sensibilidade para entender os contextos familiares e proponham estratégias

inclusivas. A participação da família no planejamento pedagógico também fortalece essa relação e contribui para uma educação mais humanizada e próxima da realidade dos estudantes.

"Para que a parceria dê certo é preciso que haja respeito mútuo, o que favorece a confiança e demonstra competência de ambas as partes. Mas, para que isso aconteça, é preciso haver delimitações no papel de cada uma. Muitas famílias delegam à escola toda a educação dos filhos, desde o ensino das disciplinas específicas até a educação de valores, a formação do caráter, além da carência afetiva que muitas crianças trazem de casa, esperando que o professor supra essa necessidade. Por outro lado, algumas famílias sentem-se desautorizadas pelo professor, que toma para si tarefas que são da competência da família." (SZYMANSKI, 2003, p.74)

Dessa forma, entende-se que a educação não é responsabilidade exclusiva da escola, mas uma construção coletiva entre aluno, escola, comunidade e, principalmente, família. A presença e o envolvimento dos pais nas questões escolares dos filhos, mesmo que de maneira simples, têm um papel transformador na formação de cidadãos conscientes e preparados para o futuro.
Estudos como o de Varani e Silva (2010) destacam que o envolvimento familiar não só melhora o desempenho acadêmico, mas também fortalece o vínculo do aluno com o ambiente escolar, reduzindo a evasão e aumentando a motivação para os estudos. Essa parceria é um pilar fundamental para uma educação mais humana e eficaz, capaz de lidar com a complexidade do contexto social de cada estudante.
Portanto, é fundamental que políticas públicas, programas de incentivo e ações sociais se articulem para romper o ciclo da desigualdade educacional e proporcionar a todos os estudantes as mesmas oportunidades de aprender, crescer e realizar seus sonhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que a qualidade da educação pública no Brasil está intimamente relacionada a dois fatores centrais: a infraestrutura das instituições escolares e a valorização do corpo docente.
A ausência de condições físicas mínimas, aliada à negligência quanto à formação e ao bem-estar dos professores, compõem um cenário que fragiliza o processo de ensino aprendizagem e aprofunda desigualdades históricas.
Como foi discutido, a precarização da educação pública afeta de modo mais severo os estudantes em situação de vulnerabilidade social, para os quais a escola muitas vezes representa não apenas um espaço de formação acadêmica, mas também um refúgio diante de realidades adversas.
Nesse sentido, torna-se imperativo repensar as políticas educacionais sob uma perspectiva sistêmica, que leve em consideração a interdependência entre infraestrutura, formação docente e condições sociais do alunado. Garantir o acesso à escola é apenas o primeiro passo; é preciso assegurar que esse acesso se traduza em permanência, aprendizagem significativa e desenvolvimento integral. Para isso, é necessário investimento contínuo, planejamento de longo prazo e, sobretudo, compromisso político com a transformação social por meio da educação. Somente com uma abordagem ampla e articulada será possível consolidar uma escola pública de qualidade, capaz de cumprir plenamente sua função social e emancipadora.

REFERÊNCIA

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Revista Econômica, v. 3, n. 1, p. 3-32, 2001.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CORSO, Luciane V.; LIMA, Tânia M. C.; BATISTA, Ana P. M. A influência do nível socioeconômico na aprendizagem da leitura. Educação, Psicologia e Interfaces, v. 2, n. 2, p. 7-28, maio/ago. 2018.

FEIJÓ, Janaina Rodrigues; FRANÇA, João Má-

rio Santos de; PINHO NETO, Valdemar Rodrigues de. Desempenho dos estudantes ao final do ensino médio: mensurando a influência direta e indireta da educação dos pais. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 76, n. 1, p. 65–92, jan./mar. 2022. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/81721

FONSECA, F. R. da. Os espaços de lazer do colégio estadual do Paraná: possíveis espaços de aprendizagem para o uso da cidade no tempo/espaço de lazer. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. 182f.

GENTILI, Pablo. O discurso da qualidade como estratégia de dominação. Educação e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 77, p. 117-133, 2001.

GURGEL, Carmesina Ribeiro; LEITE, Raimundo Hélio. Avaliar aprendizagem: uma questão de formação docente. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 145–168, out./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Y3vzNn5nTdhWJ5VL7F4ZtSP/

HONORATO DA SILVA JÚNIOR, Luiz; SAMPAIO, Yony de Sá Barreto. Pobreza, qualidade da escola e background familiar influenciando a educação no Brasil: uma análise à luz da teoria do capital humano. 2009. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3759

MARQUES, Y. S.; MOTA, J. S. S. A participação da comunidade escolar na educação, e sua influência no ensino-aprendizagem. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 2024, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: Editora Realize, 2024.

PIRES, André. Renda familiar e escolaridade dos pais: reflexões a partir dos microdados do ENEM 2012 do Estado de São Paulo. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 17, n. 3, p. 863–882, jul./set. 2015.

SANTOS, J. K. F. Participação da família e comunidade no processo educacional. Cuadernos de Educación, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2025.

SANTOS, Mateus Mota dos; MARIANO, Francisca Zilania. Família, escola e desempenho dos alunos. Revista Economia Ensaios, Uberlândia, v. 33, n. 1, p. 59–82, jan./abr. 2019. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/38468

SANTOS, Mateus Mota dos; MARIANO, Francisca Zilania; COSTA, Edward Martins. Efeitos da educação dos pais sobre o rendimento escolar dos filhos via mediação das condições socioeconômicas. Economia Aplicada, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 145–182, abr./jun. 2019. Disponível em: https://revistas.usp.br/ecoa/article/view/144751Acesso em: 4 maio 2025.

SILVA, Luiz Carlos. A construção da noção de qualidade da educação. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 29-47, jan./mar. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Jb93QkS9n6s8T7vYp3J2xYg/?lang=pt.

SILVA, T. R.; SILVA, J. B. L. A influência do nível socioeconômico na aprendizagem da leitura. Educação, Psicologia e Interfaces, v. 2, n. 2, p. 7-28, 2018.

VARANI, Adriana; SILVA, Daiana. A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 91, n. 229, p. 477–491, set./dez. 2010. Disponível em: https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/2889